

Scheinkman diz que o 'BC exagera no aperto'

PEDRO SOARES

DA SUCURSAL DO RIO

O economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton (EUA) e colunista da *Folha*, acredita que o aperto monetário do BC tenha sido excessivo, acarretando a elevação da dívida pública como principal problema, mais grave, na visão dele, do que a contração do PIB (Produto Interno Bruto).

Como alternativa para uma política monetária mais flexível, Scheinkman sugere a adoção de um índice de inflação que exclua os preços administrados, que não são afetados pela alta dos juros.

"A política monetária, parece-me, tem andado mais apertada do que deveria", disse Scheinkman, que participou ontem, no Rio, de seminário promovido pelo Ibmc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais).

Na visão dele, a desaceleração do PIB do primeiro trimestre (alta de 0,5% ante igual trimestre de 2004) "é esperada num período de aperto monetário". Mas, mais preocupante, diz o economista, é o aumento do pagamento de juros da dívida pública, que neste ano baterá em 5% do PIB.

Scheinkman disse que a queda da relação dívida/PIB é "muito

importante para o Brasil", mas que será "muito difícil" isso acontecer se o país "continuar a pagar juros" tão elevados.

Para não sofrer com crises externas, o economista disse que a relação deveria ficar em 40% do PIB. Ficou em 51,6% em 2004 e a estimativa é que atinja cerca de 52% neste ano.

Para Scheinkman, o nó do aperto monetário não está na fixação da meta, vista como alta por muitos economistas, mas sim nos preços que compõem o índice de referência. A meta foi estipulada em 4,5% originalmente, mas depois sofreu um ajuste para 5,1%, sempre com intervalo de tolerância de dois pontos.

O economista sugere que não sejam computados no IPCA, índice que baliza as metas do governo, os preços administrados. "É isso que a teoria econômica recomenda em todo o mundo."

A idéia é excluir do IPCA as variações de itens como energia, telefonia e outros que são reajustados por contrato e, por isso, não sofrem os efeitos da alta dos juros, cujo objetivo é conter o consumo.

No começo do regime de metas, adotado em 1999, diz ele, a "falta de confiança" justificava o uso do IPCA "cheio". Mas, agora, já existem condições para a mudança.